



# FATO TÍPICO

8ª edição: Revista, atualizada e ampliada

**DAVI ANDRÉ COSTA SILVA**



## Sumário

<b>Capítulo I – Conduta</b> .....	06
1. Formas de conduta .....	06
2. Classificação dos crimes omissivos .....	06
2.1 Omissivos próprios (puros, simples ou propriamente omissivos) .....	06
2.2 Omissivos impróprios (qualificados, impuros, espúrios, promíscuos ou comissivos por omissão) .....	06
2.3 Omissivos por comissão .....	07
3. Requisitos da conduta na concepção finalista .....	07
4. Causas que excluem a conduta (ausência de ação ou omissão) .....	07
5. Causas que não excluem a conduta (presença de ação ou omissão) .....	07
<b>Capítulo II – Resultado</b> .....	08
1. Referência legal .....	08
2. Teorias (critérios) definidoras do resultado .....	08
2.1 Naturalística (física ou tipológica) .....	08
2.2 Normativa (ou jurídica) .....	08
3. A questão do “resultado” referido no art. 13, “caput”, do Código Penal .....	08
<b>Capítulo III - Nexo Causal</b> .....	09
<b>Seção I - Disposições Preliminares</b> .....	09
1. Conceitos preliminares .....	09
2. Nexo causal nos crimes materiais, formais e de mera conduta .....	09
3. Critérios de identificação da responsabilidade penal .....	09
<b>Seção II - Teorias do Nexo Causal</b> .....	10
<b>Subseção I - Equivalência dos antecedentes causais "conditio sine qua non"</b> .....	10
1. Outras denominações .....	10
2. Origem .....	10
3. Formulação da teoria .....	10
4. Método de identificação da causa .....	11
5. Adoção da teoria pelo Código Penal .....	11
6. Crítica da doutrina à teoria (o regresso ao infinito) e a solução à aparente problemática .....	11
7. Deficiências da teoria da “conditio sine qua non” .....	11
<b>Subseção II - Teoria da causalidade adequada</b> .....	12
1. Outras denominações e origem .....	12
2. Formulação da teoria .....	12
3. Método de identificação da causa .....	12
4. Críticas à teoria .....	12
5. Adoção da teoria pelo Código Penal .....	13
<b>Subseção III - Teoria da relevância (ou da relevância jurídica)</b> .....	13
<b>Subseção IV - Teoria da preponderância (ou do equilíbrio)</b> .....	13
<b>Subseção V - Teoria da causalidade INUS</b> .....	13
1. Sentido da expressão INUS .....	13
2. Origem e evolução .....	13
3. Formulação da teoria .....	13
3.1 Concepção de John Leslie Mackie .....	14
3.2 Concepção de Ingeborg Puppe .....	14
4. Possíveis cenários de aplicação da teoria INUS .....	14
4.1 Dupla causalidade concomitante .....	14
4.2 Causalidade substitutiva .....	14
4.3 Causalidade de decisões colegiadas .....	15
5. Objeção à aplicação da teoria INUS .....	15
<b>Subseção VI - Outras teorias</b> .....	15
<b>Subseção VII - Teoria da Imputação Objetiva</b> .....	16
<b>Tópico I - Disposições preliminares</b> .....	16

1. Localização do tema .....	16
2. Responsabilidade penal objetiva – distinção .....	16
<b>Tópico II - Origem da teoria .....</b>	<b>16</b>
<b>Tópico III - Formulações de Karl Larenz .....</b>	<b>16</b>
<b>Tópico IV - Formulações de Richard Honig .....</b>	<b>17</b>
<b>Tópico V - Formulações de Claus Roxin .....</b>	<b>17</b>
1. Contextualização .....	17
2. Requisitos da imputação objetiva (segundo Roxin) .....	17
<b>1º Nível de Imputação Objetiva: Criação ou aumento de um risco não-permitido .....</b>	<b>17</b>
1. Formulação .....	17
2. Critério para a aferição do risco .....	17
3. Causas de exclusão da imputação .....	17
<b>2º Nível de Imputação Objetiva: Realização do risco .....</b>	<b>18</b>
1. Formulação .....	18
2. Causas de exclusão da imputação .....	18
<b>3º Nível de Imputação Objetiva: Alcance do tipo penal .....</b>	<b>19</b>
1. Formulação .....	19
2. Causas de exclusão da imputação .....	19
<b>Tópico VI - Formulações de Günther Jakobs .....</b>	<b>20</b>
1. Contextualização .....	20
2. Instituições jurídico-penais da imputação objetiva (segundo Jakobs) .....	20
1ª instituição jurídico-penal: Teoria do Risco Permitido .....	20
2ª instituição jurídico-penal: Princípio da confiança .....	20
3ª instituição jurídico-penal: Teoria da proibição do regresso .....	21
4ª instituição jurídico-penal: Competência ou capacidade da vítima .....	21
<b>Seção III - Concurso de causas (concausas) .....</b>	<b>22</b>
1. Conceito .....	22
2. Análise das [con]causas e suas consequências penais .....	22
2.1 Causa absolutamente independente .....	22
2.1.1 Causa absolutamente independente preexistente .....	22
2.1.2 Causa absolutamente independente concomitante .....	22
2.1.3 Causa absolutamente independente superveniente .....	23
2.2 Causa relativamente independente .....	23
2.2.1 Causa relativamente independente preexistente .....	23
2.2.2 Causa relativamente independente concomitante .....	23
2.2.3 Causa relativamente independente superveniente .....	24
2.2.3.1 Causa relativamente independente superveniente que não produz por si só o resultado	
2.2.3.2 Causa relativamente independente superveniente que produz por si só o resultado .....	24
<b>Seção IV - Causalidade Normativa .....</b>	<b>25</b>
1. Omissão juridicamente relevante – a figura do “garantidor” .....	25
2. Dever de agir .....	25
3. Possibilidade de agir .....	25
4. A questão da omissão diante da tortura .....	25
<b>Capítulo IV – Tipicidade .....</b>	<b>26</b>
<b>Seção I - Conceitos de tipicidade .....</b>	<b>26</b>
1. Conceito amplo ou genérico .....	26
2. Conceito restrito, estrito ou específico .....	26
3. Conceito objetivo .....	26
4. Conceito subjetivo .....	26
5. Conceito normativo .....	26
6. Conceito formal .....	26
7. Conceito material .....	26
8. Conceito conglobante .....	26

<b>Seção II - Formas de adequação típica</b> .....	27
1. Adequação típica imediata (ou direta) .....	27
2. Adequação típica mediata (indireta, por extensão ou ampliada) .....	27
<b>Seção III - Tipicidade conglobante</b> .....	27
1. Origem e formulações .....	27
1.1 Formulação original .....	27
1.2 Evolução da formulação .....	28
2. Reflexos da tipicidade conglobante .....	28
2.1 Tradicionais excludentes de ilicitude como excludentes de tipicidade .....	28
2.2 Princípio da insignificância .....	28
<b>Seção IV - Causas de exclusão da tipicidade (atipificantes)</b> .....	29
1. Princípio da insignificância .....	29
2. Princípio da adequação social .....	29
3. Imunidade parlamentar material .....	29
4. Consentimento do ofendido .....	29
5. Tipicidade conglobante .....	30
6. Ausência de lançamento definitivo do tributo .....	30
7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	30
8. Crime impossível .....	30
<b>Capítulo V – Dolo</b> .....	31
<b>Seção I - Disposições Gerais</b> .....	31
1. Previsão legal .....	31
2. Teorias acerca do dolo .....	31
2.1 Teorias da vontade ou volitivas .....	31
2.2 Teorias intelectivas ou cognitivas .....	31
2.3 Teorias adotadas pelo Código Penal .....	31
3. Elementos (ou requisitos) do dolo .....	32
4. Ausência de dolo .....	32
<b>Seção II - Espécies de dolo (classificação esquematizada)</b> .....	32
<b>Subseção I - Classificação legal</b> .....	32
1. Dolo direto .....	32
1.1 Dolo direto de 1º grau .....	33
1.2 Dolo direto de 2º grau .....	33
1.3 Dolo direto de 3º grau .....	33
2. Dolo indireto .....	34
2.1 Teoria da cegueira deliberada [teoria da avestruz] .....	34
<b>Subseção II - Classificação doutrinária</b> .....	34
1. Quanto à cumulatividade ou alternatividade .....	34
2. Quanto ao resultado jurídico (ou normativo) .....	35
3. Quanto à consciência da ilicitude .....	35
4. Quanto à exigência de finalidade específica .....	35
5. Quanto ao momento da verificação do dolo .....	35
6. Quanto ao estado anímico do autor do crime .....	35
<b>Subseção III - Outras classificações</b> .....	35
1. Dolo presumido .....	36
2. Dolo geral .....	36
3. Dolo substituído .....	36
4. Dolo abandonado .....	36
5. Dolo global .....	36
6. Dolo sem vontade .....	37
7. Dolo enantiomórfico .....	37
<b>Capítulo VI – Culpa</b> .....	37
<b>Seção I - Disposições preliminares</b> .....	37
1. Previsão legal .....	37

2. Elementos do crime culposo .....	38
2.1 Conduta voluntária .....	38
2.2 Inobservância (violação ou quebra) do dever de cuidado objetivo .....	38
2.3 Previsibilidade .....	38
2.4 Resultado indesejado e não assumido pelo agente .....	39
2.5 Nexo de causalidade .....	39
2.6 Tipicidade culposa .....	39
3. Compensação de culpas .....	39
4. Culpa presumida .....	39
5. Concurso de pessoas no crime culposo .....	39
5.1 Breve contextualização (definição do problema) .....	39
5.2 Cabe concurso de pessoas em crimes culposos? .....	40
5.3 Que modalidade de concurso, coautoria ou participação? .....	40
<b>Seção II - Modalidades de culpa .....</b>	<b>40</b>
1. Imprudência .....	40
2. Negligência .....	40
3. Imperícia .....	41
<b>Seção III - Espécies de culpa .....</b>	<b>41</b>
1. Culpa própria .....	41
2. Culpa imprópria .....	41
<b>Seção IV - Ausência de culpa - Causas [situações] que excluem a culpa .....</b>	<b>42</b>
1. <i>Infelicitas facti</i> .....	42
2. Erro profissional [culpa profissional ou falha da ciência] .....	42
3. Princípio da confiança .....	42
4. Erro de tipo invencível / inevitável [justificável ou escusável] .....	42
<b>Capítulo VII - Agravação pelo resultado .....</b>	<b>42</b>
1. Responsabilidade penal .....	42
2. Da "Versari in re illicita" à "nulla poena sine culpa" .....	42
3. Crimes qualificados pelo resultado .....	42
4. A questão do latrocínio .....	43
<b>Obras consultadas e/ ou citadas .....</b>	<b>44</b>